

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA XXXXX VARA CRIMINAL E TRIBUNAL DO JÚRI DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX-UF

Processo nº.

FULANO DE TAL e FULANO DE TAL, devidamente qualificados nos autos em epígrafe, vêm, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXX (LC nº 80/94, arts. 4º, incisos I e V, e 89, inciso XI), com fulcro no §3º do art. 403 do CPP, apresentar

ALEGAÇÕES FINAIS

aduzindo, para tanto, o que segue:

I - BREVE RELATO DOS FATOS.

Os réus foram denunciados como incurso nas sanções do artigo 180, *caput*, do Código Penal, e do artigo 244-B da Lei nº 8.069/90, por haverem, supostamente, em XXXXXXXXXX, FULANO DE TAL adquirido e FULANO DE TAL concorrido para a aquisição de rodas do veículo TAL, placa , que sabiam ser produto de crime, bem como corrompido o inimputável FULANO DE TAL, com ele praticando a infração penal acima descrita.

Devidamente instruído o feito, a acusação, em suas alegações finais (fl. 133-v), requereu a procedência parcial da denúncia, pugnando pela absolvição de FULANO DE TAL quanto ao crime de corrupção de menores.

Vieram os autos à Defensoria Pública para apresentação de alegações finais, em memoriais.

II - DO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES: AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE

Da análise do conjunto probatório produzido durante a instrução processual, cumpre apontar a inexistência do crime de corrupção de menores inicialmente imputado aos acusados.

Conforme restou comprovado, o furto do veículo TAL, placa , do qual foram extraídas as rodas supostamente receptadas, **foi cometido pelo adolescente FULANO DE TAL**.

A referida autoria foi confirmada tanto pelo próprio adolescente, em sede extrajudicial (fls. 49/50), quanto pela testemunha FULANO DE TAL e pelo acusado FULANO DE TAL, ambos em juízo (mídia acostada aos autos).

Desse modo, sendo o adolescente autor do ato infracional anterior, não pode ele ser também autor da receptação.

Nesse viés, é certo que pratica receptação imprópria aquele que *influi para que terceiro, de boa-fé, adquira, receba ou oculte coisa que sabe ser produto de crime* (art. 180, 2ª parte, do CP).

Todavia, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial, o sujeito que influi – sendo, portanto, um intermediário – **não pode ser o autor do delito antecedente**.

Sujeito ativo do referido delito pode ser, pois, qualquer pessoa, desde que não tenha sido autor, coautor ou participe do delito antecedente.

Conforme entendimento do E. TJSP, ***“Descaracteriza-se a receptação dolosa se o agente também participou como co-autor no crime de roubo. Tal condenação, se imposta, ocasionaria autêntico ‘bis in idem’”*** (RT 739/600).

Desta feita, restando comprovado que o adolescente FULANO DE TAL praticou o furto anterior, não pode ele ser também autor da receptação, razão pela qual, na hipótese, o crime de corrupção de menores imputado aos acusados inexistente.

De rigor, por conseguinte, a absolvição dos réus quanto ao crime previsto no artigo 244-B da Lei nº 8.069/90, com base no artigo 386, III, do CPP.

II.1 - TESE SUBSIDIÁRIA: DA ABSOLVIÇÃO DO RÉU XXXXXXXXXXXX DO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES

Caso V. Exa. não entenda pela inexistência da prática de receptação pelo adolescente XXXX, requer a Defesa a absolvição de FULANO DE TAL em relação ao delito de corrupção de menores, uma vez que, nos termos das alegações finais ministeriais ***“(…) não se pode afirmar que FULANO DE TAL tinha conhecimento da menoridade de FULANO DE TAL, razão pela qual por esse crime deve ser absolvido”*** (fl. 133-v).

Dessa forma, requer a Defesa a absolvição de FULANO DE TAL quanto ao crime previsto no artigo 244-B da Lei nº 8.069/90, com base no artigo 386, VII, do CPP.

III - DO RÉU FULANO DE TAL: AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DA ORIGEM ILÍCITA DO BEM OCULTADO.

O crime que, segundo o Ministério Público, o acusado teria praticado, tipificado no art. 180, *caput*, do Código Penal, consiste em ***“adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte”***.

Dentre as elementares do crime, portanto, consta circunstância subjetiva consistente no **prévio conhecimento** de que o produto [*adquirido, recebido, transportado, conduzido ou ocultado*] era produto de crime, mostrando-se indispensável, consoante cediço, **a prova** da presença de cada uma delas.

In casu, é incontroverso nos autos que o acusado efetivamente adquiriu as rodas mencionadas na denúncia. Esta constatação, no entanto, não é suficiente para concluir que o réu cometeu o crime de receptação. Vejamos.

O réu FULANO DE TAL, tanto em sede inquisitorial (fls. 08/09) quanto em juízo (mídia acostada aos autos), **negou ter conhecimento da origem ilícita do bem**, aduzindo que as rodas lhe foram oferecidas por um valor equivalente ao que se poderia encontrar no mercado. Em audiência, asseverou que adquiriu as rodas por R\$ XXX,00 (XXXXX reais) mais as rodas e os pneus que estavam em seu veículo.

Ainda em juízo (mídia acostada aos autos), ambos os policiais militares confirmaram que, no momento da prisão em flagrante, FULANO DE TAL afirmou desconhecer a origem ilícita das rodas, bem como aduziram que o réu, diante da abordagem policial, não tentou se evadir ou ofereceu qualquer resistência.

Desse modo, o comportamento de FULANO DE TAL, assim como o elevado valor cobrado pelo bem supostamente receptado, equivalente ao valor de mercado de rodas usadas (aro 13), ilide a presunção de conhecimento da origem ilícita do bem.

Não bastasse, em nenhum momento restou comprovado que FULANO DE TAL e FULANO DE TAL informaram a FULANO DE TAL a origem das rodas, sendo certo que os correus conheciam-se apenas por, eventualmente, jogarem futebol juntos.

Lado outro, a acusação sustenta seu pedido de condenação pelo simples fato de o acusado ter sido abordado com as rodas produto de crime sem considerar as demais provas produzidas nos autos, como, por exemplo, **a própria negativa do acusado e a narrativa judicial e extrajudicial do correu FULANO DE TAL.**

Com a devida vênia, a acusação parte de uma presunção de que o réu **deveria saber**, pelas circunstâncias, para concluir que ele, de fato, **sabia**.

No caso, as únicas provas que restaram cabalmente produzidas foram: a) o réu recebera determinado produto (rodas de automóvel); b) esse produto foi objeto de crime (furto).

Não há, portanto, prova suficiente do elemento subjetivo.

Forçoso, destarte, o julgamento pela improcedência do pedido constante da exordial, haja vista a insuficiência de provas para a condenação nos moldes pretendidos, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. A propósito, válida a invocação dos seguintes precedentes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios:

“CONHECIMENTO DA ORIGEM ILÍCITA DAS PEÇAS. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR ATIPICIDADE DA CONDUTA E DE DECLASSIFICAÇÃO PARA DELITO CULPOSO. IMPOSSIBILIDADE. ATENUANTE DA CONFISSÃO. REDUÇÃO DE PENA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Mantém-se a condenação pelo crime de receptação **quando o conjunto probatório demonstra que o acusado tinha o conhecimento da origem ilícita dos bens que adquiriu**, em proveito próprio, de terceira pessoa.
2. Não merece acolhimento o pedido de absolvição e o pedido de desclassificação do crime para a modalidade culposa, eis que o elemento subjetivo do tipo - dolo direto - restou configurado na espécie.
3. Presente a circunstância atenuante da confissão, impõe-se a redução da pena.

4. Dado parcial provimento ao recurso para reduzir a pena.”¹ (g.n.)

“PENAL. **RECEPTAÇÃO. ELEMENTO SUBJETIVO. DOSIMETRIA DA PENA.**

-Havendo **prova suficiente** de que o acusado tinha **ciência da origem ilícita** do veículo de que tinha posse, mantém-se a sentença que o condenou por receptação.

-Dá-se provimento parcial ao recurso para reduzir a pena definitiva, considerada a primariedade do recorrente.”² (g.n.)

Sendo assim, o réu deve ser absolvido, pois não sabia do caráter ilícito das rodas do automóvel, tornando assim o fato atípico.

No máximo, poderia se impor ao acusado a figura culposa do delito de receptação, aduzindo que “deveria saber” da origem ilícita das rodas do veículo.

IV - DA ABSOLVIÇÃO DE MAYKE EM RAZÃO DA IMPUTAÇÃO ATRIBUÍDA AO CORREU FULANO DE TAL OU DA ABSOLVIÇÃO DE HIAGO EM RAZÃO DA IMPUTAÇÃO ATRIBUÍDA AO CORREU FULANO DE TAL

Afirma a exordial acusatória que FULANO DE TAL “**concorreu** para a prática do delito, na medida em que **vendeu** as referidas rodas para FULANO DE TAL e o auxiliou na troca dos pneumáticos” (fl. 02-A).

Nos termos do art. 180, *caput*, do Código Penal, a receptação consiste em “*adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte*”.

Da análise do conjunto probatório, é certo que FULANO DE TAL não adquiriu, recebeu, transportou ou ocultou objeto produto de crime, razão pela qual, diante da tipicidade normativa, não é possível imputar ao acusado FULANO DE TAL a prática da receptação própria.

No que tange à receptação imprópria, prevista na parte final do dispositivo mencionado, é cediço que a pratica **o agente que influi para que terceiro, de boa-fé, adquira, receba ou oculte** o objeto produto de crime anterior.

Dessa forma, diante da pretensão ministerial de imputar a FULANO DE TAL a prática da receptação, não há outra conclusão, senão a de que FULANO DE TAL adquiriu as rodas do veículo **de boa-fé**.

Desse preceptivo, extrai-se que FULANO DE TAL não praticou o delito de receptação, pois ausente o elemento subjetivo do tipo penal, conforme acima já elucidado, e consoante, por via oblíqua, se infere da própria inicial acusatória.

Nesse sentido, se FULANO DE TAL praticou receptação imprópria (e não há qualquer narrativa no sentido de que tenha praticado a própria), **FULANO DE TAL não pode ter cometido receptação própria**.

A imputação ao primeiro, em razão da forma pela qual se elucidou a dinâmica fática, exclui, por consequência, a atribuição ao segundo, uma vez que, ou FULANO DE TAL sabia da origem ilícita do bem - e, assim, FULANO DE TAL não influenciou para aquisição de terceiro **de boa-fé** - ou FULANO DE TAL não sabia da origem ilícita do bem - e, por conseguinte, FULANO DE TAL não pode ter cometido o crime de receptação.

¹ **TJDF - 2ª T. Criminal:** APR nº 2009.02.1.000859-4, Relator Desembargador JOÃO TIMOTEO DE OLIVEIRA, DJ 05/05/2010 p. 217.

² **TJDF - 2ª T. Criminal:** APR nº 2005.05.1.001274-3, Relator Desembargador CÉSAR LOYOLA, DJ 13/05/2009 p. 134.

Dessa forma, requer a Defesa Técnica, em caso de condenação de FULANO DE TAL pelo delito de receptação, a **absolvição de FULANO DE TAL pelo mesmo crime**.

Assim não entendendo V. Exa., e reconhecendo a prática da receptação por FULANO DE TAL, **pugna pela absolvição de FULANO DE TAL pelo mesmo crime**, uma vez que, para a conclusão condenatória de FULANO DE TAL, é necessário o reconhecimento da boa-fé de FULANO DE TAL.

V - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer a Defensoria Pública:

a) a **absolvição dos acusados** quanto ao crime de corrupção de menores, em razão da inexistência da prática de receptação pelo adolescente FULANO DE TAL;

a.1) subsidiariamente, nos termos das alegações finais ministeriais, a **absolvição de FULANO DE TAL** do crime de corrupção de menores, em razão do desconhecimento da menoridade de FULANO DE TAL;

b) a **absolvição de FULANO DE TAL** do crime de receptação, em razão da ausência de conhecimento da origem ilícita do bem;

b.1) alternativamente, em caso de condenação de FULANO DE TAL pelo crime de receptação, a **absolvição de FULANO DE TAL** pela prática do mesmo crime.

Nesses termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

FULANO DE TAL

Defensor Público

Matr.: